

A educação como instrumento de protagonismo social da juventude em vulnerabilidade social

Education as an instrument of social protagonism for socially vulnerable youth

DOI:10.34117/bjdv7n4-483

Recebimento dos originais: 19/03/2021

Aceitação para publicação: 19/04/2021

Nikolas Medson Araújo Ribeiro

Mestrando em Educação - Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES
Instituição: Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES
Endereço: Campus Universitário Prof. Darcy Ribeiro, Av. Prof. Rui Braga, s/n - Vila Mauriceia, Montes Claros - MG, 39401-089
E-mail: nikolasmx@hotmail.com

Bárbara Sanara Silveira

Mestranda em Educação - Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES
Instituição: Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES
Endereço: Campus Universitário Prof. Darcy Ribeiro, Av. Prof. Rui Braga, s/n - Vila Mauriceia, Montes Claros - MG, 39401-089
E-mail: silveirabarbarasanara@gmail.com

Viviane Bernadeth Granda Brandão

Doutora em Educação – Pontífice Universidade Católica de Minas Gerais - PUC MINAS
Instituição: Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES
Endereço: Campus Universitário Prof. Darcy Ribeiro, Av. Prof. Rui Braga, s/n - Vila Mauriceia, Montes Claros - MG, 39401-089
E-mail: viviane.gandra1@hotmail.com

Zilmar Santos Cardoso

Formação: Doutora em Ciências Sociais - Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ
Instituição: Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES
Endereço: Campus Universitário Prof. Darcy Ribeiro, Av. Prof. Rui Braga, s/n - Vila Mauriceia, Montes Claros - MG, 39401-089
E-mail: zilmar.cardoso@ead.unimontes.br

RESUMO

Este trabalho consiste em analisar a Educação como instrumento de protagonismo social da juventude em vulnerabilidade social. A juventude está relacionada intrinsecamente como uma construção social. Este processo de construção perpassa a sua constituição de subjetividade que inclui a cultura, os modos de vida, os sistemas simbólicos, sociais e educativos. Observa-se que os jovens em situações de vulnerabilidade social são os mais atingidos pelas dificuldades de acesso à educação, ao trabalho e ao lazer, em função de diversas desigualdades que perpassam a distribuição de renda, classe social, racismo, gênero, dentre outras. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, com a base de pesquisa em artigos científicos publicados em periódicos e livros que discutem

a temática proposta. Diante da investigação realizada, constata-se que a Educação como função libertadora, é um instrumento de protagonismo para a juventude em vulnerabilidade social que é permeada por diversas desigualdades no Brasil.

Palavras-Chave: Educação, Juventude, Vulnerabilidade Social, Protagonismo Social.

ABSTRACT

This work consists of analyzing Education as a tool for the social protagonism of socially vulnerable youth. Youth is intrinsically related as a social construction. This construction process goes through its constitution of subjectivity that includes culture, ways of life, symbolic, social, and educational systems. It is observed that young people in situations of social vulnerability are the most affected by the difficulties of access to education, work, and leisure, due to several inequalities that go through income distribution, social class, racism, and gender, among others. This is a qualitative bibliographic research, based on scientific articles published in periodicals and books that discuss the proposed theme. In view of the research carried out, it can be seen that Education as a liberating function is an instrument of protagonism for youth in social vulnerability, which is permeated by various inequalities in Brazil.

Keywords: Education, Youth, Social Vulnerability, Social Protagonism.

1 INTRODUÇÃO

A discussão teórica a que se propõe este artigo decorre da perspectiva de compreender o conceito de juventude, sua interface com a Educação, acreditando que esta é um instrumento de protagonismo social dos jovens em vulnerabilidade social.

Este estudo apresenta reflexões que buscam discutir a juventude na contemporaneidade entendendo-a como uma construção social e cultural e, sem defini-la isoladamente, mas a partir de suas múltiplas relações e contextos sociais.

Conforme Pereira (2012) pensar o conceito de juventude é refletir sobre as condições de gênero, raça, classe social, moradia e pertencimento religioso. E, para além disso, contextualizá-la historicamente, compreendendo o relacionamento com outras gerações.

Dessa forma, neste trabalho, buscou-se construir a de juventude na perspectiva de autores como Oliveira e Trancoso (2014), Groppo (2000), Dayrell e Carrano (2003). O viés de percepção da juventude é o dialético em que a juventude é vista como protagonista, em que seus anseios, particularidades e historicidade serão levadas em consideração na construção e elaboração das políticas públicas à juventude, sobretudo em vulnerabilidade social.

Entende-se a relevância deste estudo, uma vez que as discussões propostas colocam a educação como instrumento transformador que muda a realidade, pois ela propicia a mudanças dos sujeitos a partir da troca de conhecimento e, isso tende a reverberar na realidade em que estão inseridos bem como nos seus novos ciclos de vida, como a juventude.

Trata-se de uma revisão sistemática, com estudo bibliográfico de caráter transversal, descritivo e qualitativo, com intuito de apresentar reflexões acerca do tema apresentado. Sendo assim, esta pesquisa foi realizada a partir de artigos sobre a temática nas bases de dados Scielo, Google Acadêmico e livros. Os temas utilizados como embasamentos foram: Juventude em vulnerabilidade social e a Educação como instrumento de protagonismo social.

A coleta de dados aconteceu por meio de referências bibliográficas. Após a leitura e registros, foram feitas análises descritivas e qualitativas, construindo informações para serem expressas de forma nítida e com o objetivo de compreender o fenômeno investigado.

Nessa perspectiva, este estudo foi dispensado de apresentação ao Comitê de Ética em Pesquisa, devido à pesquisa ter caráter teórico-experimental, não havendo participação de seres humanos, bem como utilização de informações pessoais, não infringindo assim a resolução do Conselho nacional de Saúde – CNS nº 466, de 12 de dezembro de 2012. É importante ressaltar que, durante a realização deste trabalho buscamos primeiro uma seleção dos textos a serem utilizados na pesquisa, e depois leituras dos materiais que condizem com o tema. Com isso, o trabalho foi dividido em duas seções, a primeira: Juventude em vulnerabilidade social: conceito e reflexões e a segunda: A Educação como instrumento de protagonismo social.

2 JUVENTUDE EM VULNERABILIDADE SOCIAL: CONCEITO E REFLEXÕES

Partindo da compreensão de juventude conforme o Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013), são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.

Entretanto, Oliveira e Trancoso (2014) identificam que há desafios contemporâneos para o estudo e a produção conceitual das juventudes, tema que adquiriu visibilidade dentro e fora das pesquisas acadêmicas.

Nesse sentido, Rezende (2016) conceitua a juventude como uma representação simbólica criada pelos grupos sociais e pelos indivíduos jovens, para explicar uma série de comportamentos e atitudes atribuídas a ela. Assim ao longo da história têm-se diferentes concepções e abordagens no que se refere ao entendimento sobre o que é juventude.

A juventude é uma categoria social que se torna, ao mesmo tempo, uma representação sociocultural e uma situação social, ou seja, esse grupo pensado como algo relativo que assume formas a partir dos comportamentos atribuídos por uma classe social, seja ela de etnia, nacionalidade, gênero, contexto histórico nacional e regional (GROPPO, 2000).

O autor faz ainda reflexões sobre as teorias críticas da juventude. Segundo Groppo, nos séculos XX e XXI, as ciências humanas e psicológicas instituíram diferentes teorias e percepções sobre a juventude que passaram a considerar também os fatores sociais e culturais. O autor destaca que as teorias críticas tiveram duas variantes: geracional e classista.

As teorias críticas apreciam o potencial questionador da juventude, característica que não é mais vista como desvio de anormalidade, mas como algo positivo capaz de renovar as sociedades e permitir avanços da civilização. Outro ponto destacado sobre as teorias críticas é que elas idealizaram a juventude como experimentação de papéis sociais, em que há ou não institucionalização, as normas sociais são relaxadas em relação aos jovens e são denominadas de giratória social (GROPPO, 2000).

Estas teorias avançaram no processo de desnaturalização da categoria juventude, somando a consciência social. Observou-se melhor os papéis das instituições sociais tais como: Estado, Escola, Família, por exemplo, na marcação das etapas da vida e relativizou o caráter natural ou biológico das etapas da vida.

De acordo com Groppo (2000), ainda há duas outras características das teorias críticas. Elas iniciaram o reconhecimento da variedade de vivências da juventude, de acordo com a classe social, gênero, etnia e nacionalidade. E por fim que as teorias críticas acabariam por valorizar as denominadas subculturas juvenis, principalmente pelos estudos culturais. As experimentações de pequenos coletivos ou indivíduos que ressignifiquem ou transgridam a cultura passam a ser valorizados, dando origem a novos valores, comportamentos e bens integrados ao mercado de consumo.

Para Dayrell (2003) construir uma noção de juventude na perspectiva da diversidade implica considerá-la como parte de um crescimento totalizante. O autor

entende Juventude como elemento de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, com especificidade que marcam a vida de cada um. Ou seja, a juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz apenas a passagem, ela assume a importância em si mesma.

É por meio das vivências, trajetórias, ações e mobilidade que os jovens forjam sua juventude bem como produzem o espaço em interação com o arranjo socioespacial da cidade. A cidade é um campo social onde os jovens experimentarão acontecimentos em espaços, tempos delimitados, além de criar a possibilidade de se apropriar dos signos e códigos que organizam a vida social.

Contudo, Dayrell (2003) afirma que na sociedade existem diferenças e desigualdades, ou seja, precisa-se ampliar a compreensão do tema juventude, entendendo-a como plural. Não basta diferenciá-la no espaço-temporalmente, mas também os fatores que perpassam a juventude como diferenças sociais, acesso à educação, renda, moradia, tempo livre, etc. Esses fatores fazem com que os indivíduos experimentem a juventude de acordo com os espaços, tempos e contextos em que vivem. Dayrell entende que neste contexto:

A educação, portanto, ocorre nos mais diferentes espaços e situações sociais, num complexo de experiências, relações e atividades, cujos limites estão fixados pela estrutura material e simbólica da sociedade, em determinado momento histórico. Nesse campo educativo amplo, estão incluídas as instituições (família, escola, igreja, etc.), assim como também o cotidiano difuso do trabalho. (DAYRELL, 2015 p. 8)

Ou seja, podemos entender o alcance da educação por meio de seus diferentes espaços, relações e atividades em um determinado momento histórico. As experiências em que o sujeito vivencia na família, na igreja e em outras instituições fazem parte do campo educativo amplo.

Pensar o jovem no Brasil implica levar em conta as enormes disparidades socioculturais existentes e os diferentes contextos nos quais esses se constroem como sujeitos. (DAYRELL e CARRANO, 2003). O Estado oferta políticas mínimas que contemplem a juventude, o que segundo os autores leva a uma privatização e despolitização das condições de vida. A fase neoliberal experimentada pelo Brasil na década de 1990 reduziu a participação do Estado nas políticas públicas.

É possível afirmar que, em linhas gerais, os projetos especiais destinados aos jovens dirigem-se prioritariamente àqueles considerados em situação de risco social, mas surgem com fortes características de desagregação interna entre os órgãos executores e os demais níveis governamentais de intervenção. A

perspectiva compensatória e salvacionista é tônica da maioria das iniciativas que assumem caráter profilático ou corretivo das possíveis distorções causadas pela imersão desses jovens em contextos de desvantagens sociais. Nessa perspectiva é comum encontrarmos o discurso da utilização das artes, do esporte e do trabalho como corretivo (DAYRELL e CARRANO, 2003, p. 15).

É importante que os jovens sejam atores ativos na elaboração das políticas destinadas a eles. Muitas políticas assumem mais um caráter corretivo, do que inserir os jovens em um lugar de protagonismo social, visto que é um desafio para os planejadores de políticas públicas estabelecer condições a essa participação.

Abramo (1997) chama atenção para o fato de que no campo das políticas públicas no Brasil, diferente de outros países, não existe tradição de políticas específicas destinadas aos jovens, como alvo diferenciado das crianças, para além da educação formal.

Esse cenário revela que a vivência da juventude nas camadas periféricas não é fácil, os jovens enfrentam desafios constantes, pois a condição juvenil vem aliada à pobreza. A juventude vivencia como desafio cotidiano a garantia da sobrevivência, num conflito entre garanti-la e construir um projeto futuro (DAYRELL, 2007).

Desse modo, Groppo (2003) analisa os grupos culturais que podem possibilitar aos jovens rerepresentar a experiência social imediata em termos culturais, traduzida em forma de autoconsciência diante do processo de segregação espacial, dos preconceitos sociais e raciais que se acirram nos grandes centros brasileiros, possibilitando a construção de uma identidade positiva como pobres e negros.

Os jovens, a partir da década de 1990, vêm se utilizando de uma nova forma de visibilidade, por meio da dimensão simbólica, ou seja, sua forma de vestir, comportamentos, atitudes, música e suas danças (CARRANO, 2014).

No entanto, no campo das Políticas Públicas Nacionais direcionadas para a juventude, é perceptível a sua ausência. Groppo (2000) analisa que há poucas ações para os jovens e estas são inconsistentes, além de transferir as responsabilidades para as organizações sociais e entidades de caráter assistencial que desempenham as funções de governo na execução de projetos e programas sociais.

É importante ressaltar que as formulações de políticas públicas para a juventude demandam a ampliação da compreensão sobre os jovens, especialmente aqueles da periferia dos núcleos hegemônicos da produção material e simbólica da sociedade, como esclarece Groppo (2000).

Percebe-se, ainda que os jovens estejam em trajetórias desiguais por vários fatores, como por exemplo o processo de desigualdade promovido pelo capitalismo, eles conseguem se encontrar em diversos grupos: musicais (rap e funk), teatro, movimentos estudantis como protagonistas, momentos de sociabilidades e realizam trocas de aprendizagem.

3 A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE PROTAGONISMO SOCIAL

O Brasil, ainda hoje, fortemente marcado pela desigualdade social carrega em si, apesar das contradições práticas, o ideal de que a educação - um viés da estrutura social do trabalho - seria o caminho possível para a superação das mazelas sociais vividas pela classe trabalhadora. A partir do acesso universal (também municipalizado) à educação pública e laica no Brasil, como proposto por Anísio Teixeira (1900-1971) no movimento escolanovista, percebe-se que, apesar da democratização do acesso ao ensino em todos os níveis, pouco se modificou a estrutura em termos de diminuição das desigualdades sociais aos mais pobres no Brasil, como era almejado pelo movimento da Escola Nova a partir da educação pública brasileira.

Apesar do caráter universal da educação pública em nível básico, é notória a diferença em estrutura ao processo de educação disponibilizado em regiões de maior vulnerabilidade, onde quanto mais precária a realidade daquela população, mais distantes parecem os conteúdos do currículo escolar em relação à materialidade e necessidades daquele público. Desse modo, quanto mais distanciamento dos conteúdos da educação às necessidades imediatas dos públicos vulneráveis, mais distante parece se tornar também as possibilidades de protagonismo desses sujeitos a partir da educação.

Embora os apontamentos tenham sido postos, a classe trabalhadora brasileira se organizou em torno desse ideal e alcançou a implantação de políticas públicas que trouxeram resultados para além da oferta da educação básica para todos, ampliando assim ao acesso da classe trabalhadora à universidade pública e privada tanto por meio de programas como o “Programa Universidade para Todos” (PROUNI), como pela implementação da Lei 12.711/12, que determinou a reserva de vagas à estudantes das camadas mais desprivilegiadas, em cotas raciais e sociais para as universidade públicas e institutos federais em todo o país.

A partir dos programas sociais de acesso à universidade e da chamada Lei de Cotas, já citados acima, viu-se no Brasil um deslocamento da base da pirâmide social brasileira. Mas há que levar em conta que esse deslocamento se deu em muito não

exclusivamente pelo acesso à universidade a essas populações, mas conjuntamente a uma série de medidas na política econômica, como medidas de redistribuição de renda para a base da pirâmide, acesso ao crédito, bens de consumo e serviços. Nisso que Laura de Carvalho (2018) chama de “Milagrinho”, podemos considerar a educação superior e/ou privada como uma materialização do acesso a esses bens e serviços que antes estavam restritos às camadas mais favorecidas na pirâmide econômica brasileira.

Dados os esclarecimentos das questões básicas, podemos chegar ao ponto em que, a partir das possibilidades de acesso e redistribuição, o país viveu um grande movimento do que aqui me autorizo a chamar “primeiro da família a acessar a universidade”. Nesse momento viu-se no Brasil os atores sociais, antes interpretados apenas como mão de obra trabalhadora barata por gerações, se tornando agora uma mão de obra geradora de articulações sociais dentro e fora de suas comunidades. Viu-se o retorno desses “primeiros” às suas realidades como replicadores, agora em funções como professores, enfermeiros, administradores e médicos atuantes em seus contextos originários a partir de suas próprias perspectivas. Desse modo, exercendo em seus territórios e realidades a função de sujeitos da ação e não mais como objetos de ações externas, como a filantropia, comumente presente nos territórios marginalizados. Esses indivíduos já não eram mais os excluídos, mas se tornaram protagonistas de suas próprias trajetórias.

Juntamente a esse processo social de ampliação do acesso e consumo viu-se crescer a ampliação dos coletivos, lutas organizadas, e movimentos marginais circulando em espaços centrais, como a mídia e os centros da cidade, propriamente ditos. Como exemplo podemos citar o “SLAM RESISTÊNCIA”, movimento de poesia periférica que discute questões ligadas à realidade da periferia, racismo, violência policial e conseguiu se organizar no acesso e articulação do conhecimento e dos espaços e se ramificar por várias estados do país, criando competições em nível local e nacional ao ponto de se tornar hoje um dos principais movimentos da cultura urbana e conquistando espaço como marcante manifestação literária brasileira.

Em atuações como as práticas culturais do “SLAM”, que não há como desvencilhar a ascensão de seus adeptos aos processos sociais e econômicos acima citados, tem sido possível perceber como a produção cultural periférica ganhou espaço nos setores comerciais e se torna ponto de articulação de protagonismos. Vimos os slammers, artistas como Emicida e Criolo, e tantos nomes do funk, da rima, do rap, etc. conquistarem destaque e espaço para perpetuar suas vozes artísticas reivindicando o seu reconhecimento enquanto cidadão. Nomes como Djamila Ribeiro, reconhecida escritora,

Mestra em Filosofia Política e ex-secretária-adjunta da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo, governo Haddad, destaca que sua ascensão se deu em muito a partir do momento em que ingressou na Casa de Cultura da Mulher Negra, na cidade de Santos onde acessou autoras negras como Toni Morrison e Carolina Maria de Jesus, e posteriormente no curso superior de Filosofia da UNIFESP; inspirada após conhecer Sueli Carneiro, mulher negra e Doutora em Filosofia. Hoje Djamilá é uma das principais vozes que representam a luta negra no Brasil pelo mundo.

Exemplos como os citados acima demonstram que o acesso à cultura, pois essa também é um importante mecanismo para educação, tem imprescindível impacto sobre a produção dos saberes que se reproduzem em novas produções, novos movimentos e novos conhecimentos que é chamada Pedagogia Cultural. Nos demonstram também que há um suposto desinteresse da periferia com alguns conteúdos, como às obras de Machado de Assis, que não estão relacionados a um desinteresse à alta cultura nacional, mas sim a uma busca por uma cultura que os contemple diretamente, além de uma luta pelo reconhecimento de uma cultura que é própria daqueles que vem das favelas e que, assim como Camões possa ser considerada “alta”.

Baco Exu do Blues (2018), rapper baiano que luta pelo posicionamento de um RAP que esteja além do circuito Rio-São Paulo. Em sua obra intitulada “BLVESMAN”, disco e filme de 8 minutos, premiado no festival de Cannes com o Gran-Prix, premiação máxima na categoria "Entertainment for Music", demonstra-nos bem a riqueza de referências, narrativas e complexidades que há no cenário periférico brasileiro. Nos chama a atenção quando, em suas letras objetivas, fortes e com bagagem nas referências literárias que teve quando criança a partir de sua mãe professora de literatura e de seu pai, professor de Tai-Chi-Chuan, no interior da Bahia, nos faz refletir sobre como esse protagonismo sempre foi silenciado e saqueado pelos grupos hegemônicos. Diz:

Eu sou o primeiro ritmo a formar pretos ricos
O primeiro ritmo que tornou pretos livres
Anel no dedo em cada um dos cinco
Vento na minha cara, eu me sinto vivo
A partir de agora, considero tudo blues
O samba é blues, o rock é blues, o jazz é blues
O funk é blues, o soul é blues
Eu sou Exu do Blues
Tudo que quando era preto, era do demônio
E depois virou branco e foi aceito
Eu vou chamar de Blues
É isso, entenda, Jesus é blues
Falei mesmo (BLUES, 2018).

Freire (2011) nos diz sobre a necessidade da necessidade de uma educação que se inicie do repertório do aluno, que se baseie e se fortaleça inclusive no acesso e retomada de sua identidade cultural que, como é possível observar no decorrer da história mundial, se tornou uma ferramenta de resistência às dominações e colonialismos. Ao tratar sobre a educação como possibilidades para a construção, Freire diz principalmente em seu aspecto da construção de protagonismo político, social, cultural, que retire esses educandos vulneráveis de sua condição passiva imposta pela estrutura e os munam de ferramentas para se posicionarem como sujeitos ativos de suas realidades. Para isso é preciso que tais sujeitos construam, por meio da educação - mas não somente dela -, a criticidade em relação às condições políticas, materiais, sociais e ideológicas que os rodeiam e os constituem naquela realidade específica.

Assim como Freire, hooks (2017), denota como a educação que é oferecida à periferia não dialoga com seu público, mas busca reproduzir os valores, conceitos e lógicas de conhecimentos de uma classe sobre a outra, um estado que ao buscar lhes ensinar, os exclui, como numa tentativa de se apreenderem como excluídos. O que gera uma exclusão desses indivíduos da própria escola, com a evasão escolar como uma busca de se encontrar em outros espaços.

Diante disso, Boaventura de Sousa Santos (2010) explica por meio da obra “Epistemologias do Sul”, que o invisível é construído como invisível, as invisibilidades dentro do sistema não são acaso, mas inteligentemente coordenadas. Mas, agora, munidos de um mínimo de mudança econômica e acesso aos espaços acadêmicos por esses indivíduos, outrora construídos como invisíveis, inteligentemente vêm coordenando suas insurgências e protagonismos.

Finalizamos citando mais alguns versos ricos de Baco Exu:

Eles querem um preto com arma pra cima
Num clipe na favela gritando: Cocaína
Querem que nossa pele seja a pele do crime
Que Pantera Negra só seja um filme
Eu sou a porra do Mississipi em chama
Eles têm medo pra caralho de um próximo Obama
Racista filha da puta, aqui ninguém te ama
Jerusalém que se foda, eu tô à procura de Wakanda
(BLUES, 2018)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, nos encaminhamos a concluir que a questão da juventude em vulnerabilidade no Brasil está perpassada por uma série de fatores complexos e que demandam ainda uma série de pesquisas que deverão levar em conta todas as transformações que afetam esses grupos, principalmente em relação às dinâmicas econômicas, políticas e socioculturais.

Com o desenvolvimento dos discursos, baseados no neoliberalismo, é possível perceber que as novas dinâmicas como conceitos de juventude, adolescência e até mesmo infância, se aplicam de maneiras distintas; a depender do contexto socioeconômico do indivíduo ao qual se fala. Porém, mais que isso, com o novo acesso aos bens de consumo, mesmo que de maneira ainda restrita, é possível perceber a propagação de uma nova roupagem de teorias como a da “democracia racial” e do “homem cordial”, ainda fortemente marcadas no pensamento social brasileiro.

A partir do acesso a espaços da cidade, a representações na mídia ou ao consumo de produtos populares, vêm-se criando uma narrativa de que jovens em vulnerabilidade têm tomado o seu espaço de igualdade em relação aos grupos que se encontrariam em seu oposto nos estamentos sociais. No entanto, aceitar essas narrativas é acatar a um discurso liberal de um protagonismo que se faria, primeiramente no consumo, na força de vontade e em ações isoladas de pequenos grupos; que estaríamos vivendo em uma conjuntura onde a democracia se faz e finalmente vem se criando oportunidades para todos, as quais dependeriam exclusivamente dessas ações organizadas citadas e, nessa perspectiva, não haveria necessidade de contestar o sistema maior, o sistema capital, que cria as desigualdades e exclusões dos sujeitos a fim da exploração em função do lucro de poucos.

Faz-se necessário frisar que a conquista de alguns direitos sociais e de acesso a bens e serviços ainda não se faz como a efetivação potente do protagonismo dos jovens em vulnerabilidade, pois, enquanto ainda houver como possível o conceito de vulnerabilidade a ser aplicado em certos grupos, poderemos concluir que a democracia e os motores da desigualdade ainda não cessaram de moer a classe trabalhadora. Mesmo que a essa esteja sendo cedidas bonificações, brindes e novas roupagens (mais sutis, mas não menos perversas) de exploração.

As desigualdades persistem, mas, junto a elas, persistem também os ideais da educação libertadora, de protagonismos que, em seu caráter idealista e militante, continuará buscando reverter a transformação das classes pobres em reprodutoras de suas

próprias desigualdades ou, como chama João Batista de Andrade no título de seu filme em 1981; no “homem que virou suco”.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Juventude e Contemporaneidade – RBPE*, n° 5 e n° 6, ANPED, Brasília-DF, 1997.

BLUES, Baco Exu do. Bluesman Disponível em: <https://www.letras.mus.br/baco-exu-do-blues/bluesman/>. Acesso em: 11 mar. 2021.

BRASIL. Lei n° 12.852 de 05 de agosto de 2013 – Estatuto da Juventude. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2013/lei/112852.htm. Acesso em: 12 de março de 2021.

CARRANO, P. C. R. *Jovens na Cidade. Trabalho e Sociedade*, Rio de Janeiro, ano 1, n° 1, ago, 2014.

CARVALHO, Laura. *Valsa brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia, 2018.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*. v.2 n. 24, Rio de Janeiro – RJ, p. 40-52, 2003.

DAYRELL, Juarez. Ser alguém na vida: um estudo sobre jovens do meio rural e seus projetos de vida. *Educação e Pesquisa*, v. 41, n. 2, São Paulo -SP, p. 375-390, 2015.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, out. 2007.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, P. C. *Jovens no Brasil: difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo*. 25ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED, GT 3. Movimentos Sociais e Educação. Caxambu (MG): 2003.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GROPPO, L. A. *Teorias críticas da juventude: geração, moratória social e subculturas juvenis*. Em Tese. Florianópolis, v. 12, n. 1, jan./jul., 2015.

GROPPO, Luís Antonio. *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

HOOKS, bell. *Ensinando a Transgredir: a educação como prática de liberdade*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2. ed, São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. Juventude, juventudes.2012 Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2012/04/12/juventude-juventudes/>. Acesso em 20 març. 2021.

OLIVEIRA, A. A. S & TRANCOSO, A. E. R. *Juventudes: desafios contemporâneos conceituais*. *Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, v. 4, 262-273, 2014.

REZENDE, Raissa Pinto. Uma breve discussão sobre a categoria juventude a partir de sua dimensão espacial. II Coloquio do Nugea, Universidade Federal do Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. 31 e maio e 01 de junho de 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa & Maria Paula MENEZES (org). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez Editora, 2010.